

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	7
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Fluxo de Caixa	13

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	14
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	15
Demonstração do Valor Adicionado	16

Comentário do Desempenho	17
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	54
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	51.500
Preferenciais	0
Total	51.500
Em Tesouraria	
Ordinárias	234
Preferenciais	0
Total	234

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	14/01/2010	Dividendo	28/01/2011	Ordinária		0,13000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	744.007	729.293
1.01	Ativo Circulante	269.942	270.210
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	99.161	107.743
1.01.03	Contas a Receber	86.142	79.820
1.01.03.01	Clientes	84.244	68.408
1.01.03.01.01	Clientes	85.094	68.100
1.01.03.01.02	Provisão para perdas sobre créditos	-1.013	-1.199
1.01.03.01.03	Contas a receber com partes relacionadas	163	1.507
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.898	11.412
1.01.03.02.01	Dividendos a receber	0	10.000
1.01.03.02.02	Outras contas a receber	1.898	1.412
1.01.04	Estoques	69.749	68.688
1.01.06	Tributos a Recuperar	13.890	13.815
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	13.890	13.815
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.000	144
1.02	Ativo Não Circulante	474.065	459.083
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.867	11.711
1.02.01.06	Tributos Diferidos	7.400	6.427
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.400	6.427
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.467	5.284
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	5.467	5.284
1.02.02	Investimentos	247.682	233.979
1.02.02.01	Participações Societárias	247.682	233.979
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	247.682	233.979
1.02.03	Imobilizado	162.649	161.678
1.02.04	Intangível	50.867	51.715

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	744.007	729.293
2.01	Passivo Circulante	147.532	150.271
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	21.280	26.650
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	21.280	26.650
2.01.02	Fornecedores	25.053	21.855
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.463	14.883
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	81.749	76.191
2.01.04.02	Debêntures	81.749	76.191
2.01.05	Outras Obrigações	3.987	10.692
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4	33
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	4	33
2.01.05.02	Outros	3.983	10.659
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.261	9.230
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	1.722	1.429
2.02	Passivo Não Circulante	122.960	123.972
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	108.000	108.000
2.02.01.02	Debêntures	108.000	108.000
2.02.02	Outras Obrigações	4.368	5.080
2.02.02.02	Outros	4.368	5.080
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	4.368	5.080
2.02.04	Provisões	10.592	10.892
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.592	10.892
2.03	Patrimônio Líquido	473.515	455.050
2.03.01	Capital Social Realizado	260.000	260.000
2.03.02	Reservas de Capital	6.111	6.111
2.03.04	Reservas de Lucros	188.874	192.218
2.03.04.01	Reserva Legal	17.990	17.990
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	8.471	8.471
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-4.543	-1.199
2.03.04.10	Reserva para investimento	166.956	166.956
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	21.243	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-2.713	-3.279

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	145.465	109.521
3.01.01	Receita bruta de vendas e serviços	168.653	127.146
3.01.02	Impostos e devoluções	-23.188	-17.625
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-115.114	-91.547
3.03	Resultado Bruto	30.351	17.974
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.528	4.596
3.04.01	Despesas com Vendas	-6.854	-5.280
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.750	-4.780
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	223	104
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-284	-61
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	13.137	14.613
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	28.823	22.570
3.06	Resultado Financeiro	-3.348	-4.276
3.06.01	Receitas Financeiras	2.395	631
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.743	-4.907
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	25.475	18.294
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.232	-1.252
3.08.01	Corrente	-5.205	-1.058
3.08.02	Diferido	973	-194
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	21.243	17.042
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	21.243	17.042
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,41440	0,33230

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.260	15.450
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	17.279	12.140
6.01.01.01	Lucro líquido do período	21.243	17.042
6.01.01.02	Depreciação	4.078	4.518
6.01.01.03	Amortização	808	773
6.01.01.04	Provisão para contingências	-300	-300
6.01.01.05	Provisão para perdas sobre créditos	2	0
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-973	194
6.01.01.07	Equivalência patrimonial	-13.137	-14.613
6.01.01.08	Juros sobre debêntures	5.558	4.455
6.01.01.09	Opções de outorga reconhecidas	0	71
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-20.539	3.310
6.01.02.01	Clientes	-16.994	-56
6.01.02.02	Impostos e contribuições a recuperar	-75	473
6.01.02.03	Estoques	-1.061	-79
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-183	-206
6.01.02.05	Outras contas a receber	-187	-685
6.01.02.06	Fornecedores	3.198	3.728
6.01.02.07	Salários e encargos sociais a pagar	-5.370	825
6.01.02.08	Obrigações fiscais a recolher	580	534
6.01.02.09	Outros passivos	-447	-1.224
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.647	-11.640
6.02.01	Aquisição e baixa de imobilizado	-5.049	-7.875
6.02.02	Aquisição e baixa de investimento e intangível	40	-39.068
6.02.03	Aquisição e baixa de ações em tesouraria	-3.344	3.852
6.02.04	Dividendos recebidos	10.000	31.451
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.969	-5.614
6.03.01	Dividendos pagos	-6.969	-5.614
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.582	-1.804
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	107.743	28.840
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	99.161	27.036

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	260.000	6.111	192.218	0	-3.279	455.050
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	260.000	6.111	192.218	0	-3.279	455.050
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.344	0	0	-3.344
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-3.344	0	0	-3.344
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	21.243	566	21.809
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.243	0	21.243
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	566	566
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	566	566
5.07	Saldos Finais	260.000	6.111	188.874	21.243	-2.713	473.515

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	260.000	6.018	124.345	0	-1.311	389.052
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	260.000	6.018	124.345	0	-1.311	389.052
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	71	-4.797	0	0	-4.726
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	71	0	0	0	71
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	3.852	0	0	3.852
5.04.08	Transferência dos dividendos adicionais cfe.AGO	0	0	-8.649	0	0	-8.649
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.042	-296	16.746
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.042	0	17.042
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-296	-296
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-296	-296
5.07	Saldos Finais	260.000	6.089	119.548	17.042	-1.607	401.072

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	166.488	124.907
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	166.267	124.803
7.01.02	Outras Receitas	223	104
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-74.805	-52.935
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-68.534	-51.473
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.271	-1.462
7.03	Valor Adicionado Bruto	91.683	71.972
7.04	Retenções	-4.886	-5.291
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.886	-5.291
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	86.797	66.681
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.532	15.244
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	13.137	14.613
7.06.02	Receitas Financeiras	2.395	631
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	102.329	81.925
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	102.329	81.925
7.08.01	Pessoal	42.139	36.414
7.08.01.01	Remuneração Direta	31.640	25.995
7.08.01.02	Benefícios	8.240	7.576
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.259	2.843
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	31.785	22.401
7.08.02.01	Federais	26.144	18.419
7.08.02.02	Estaduais	1.274	301
7.08.02.03	Municipais	4.367	3.681
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.162	6.068
7.08.03.01	Juros	5.743	4.907
7.08.03.02	Aluguéis	1.419	1.161
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	21.243	17.042
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	21.243	17.042

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	825.937	806.925
1.01	Ativo Circulante	400.867	381.387
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	124.766	139.744
1.01.03	Contas a Receber	149.652	128.080
1.01.03.01	Clientes	145.889	124.474
1.01.03.01.01	Clientes	147.041	125.814
1.01.03.01.02	Provisão para perdas sobre créditos	-1.152	-1.340
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.763	3.606
1.01.03.02.01	Outras contas a receber	3.763	3.606
1.01.04	Estoques	90.351	84.969
1.01.06	Tributos a Recuperar	32.937	28.183
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	32.937	28.183
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.161	411
1.02	Ativo Não Circulante	425.070	425.538
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	21.513	21.274
1.02.01.03	Contas a Receber	140	135
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	140	135
1.02.01.06	Tributos Diferidos	13.117	13.065
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.117	13.065
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	8.256	8.074
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	8.054	7.827
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a recuperar	202	247
1.02.02	Investimentos	3.000	2.282
1.02.02.01	Participações Societárias	3.000	2.282
1.02.03	Imobilizado	231.396	232.029
1.02.04	Intangível	169.161	169.953

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	825.937	806.925
2.01	Passivo Circulante	189.996	188.277
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	27.002	32.076
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	27.002	32.076
2.01.02	Fornecedores	43.405	39.296
2.01.03	Obrigações Fiscais	31.546	27.878
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	82.261	76.686
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	512	495
2.01.04.02	Debêntures	81.749	76.191
2.01.05	Outras Obrigações	5.782	12.341
2.01.05.02	Outros	5.782	12.341
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.261	9.230
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	2.847	2.412
2.01.05.02.05	Parcelamento de débitos fiscais	674	699
2.02	Passivo Não Circulante	162.426	163.598
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	108.000	108.000
2.02.01.02	Debêntures	108.000	108.000
2.02.02	Outras Obrigações	12.712	13.682
2.02.02.02	Outros	12.712	13.682
2.02.02.02.03	Contas a pagar-aquisição de empresa	4.000	4.000
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	5.839	6.435
2.02.02.02.05	Parcelamento de débitos fiscais	2.873	3.247
2.02.03	Tributos Diferidos	17.596	15.641
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.596	15.641
2.02.04	Provisões	24.118	26.275
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.118	26.275
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	473.515	455.050
2.03.01	Capital Social Realizado	260.000	260.000
2.03.02	Reservas de Capital	6.111	6.111
2.03.04	Reservas de Lucros	188.874	192.218
2.03.04.01	Reserva Legal	17.990	17.990
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	8.471	8.471
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-4.543	-1.199
2.03.04.10	Reserva para investimento	166.956	166.956
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	21.243	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-2.713	-3.279

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	205.999	170.135
3.01.01	Receita bruta de vendas e serviços	239.163	197.953
3.01.02	Impostos e deduções	-33.164	-27.818
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-151.598	-128.804
3.03	Resultado Bruto	54.401	41.331
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-19.057	-12.514
3.04.01	Despesas com Vendas	-10.048	-6.461
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.483	-5.609
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.211	279
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.456	-723
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	719	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	35.344	28.817
3.06	Resultado Financeiro	-3.628	-2.928
3.06.01	Receitas Financeiras	3.270	2.403
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.898	-5.331
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	31.716	25.889
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.473	-8.847
3.08.01	Corrente	-8.554	-6.411
3.08.02	Diferido	-1.919	-2.436
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	21.243	17.042
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	21.243	17.042
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	21.243	17.042
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,41440	0,33230

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-48	24.550
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	32.455	31.347
6.01.01.01	Lucro líquido do período	21.243	17.042
6.01.01.02	Depreciação	5.800	6.951
6.01.01.03	Amortização	808	773
6.01.01.04	Provisão para contingências	-2.157	-378
6.01.01.05	Provisão para perdas sobre créditos	3	-3
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.919	2.436
6.01.01.07	Equivalência patrimonial	-719	0
6.01.01.08	Juros sobre debêntures	5.558	4.455
6.01.01.09	Opções de outorga reconhecidas	0	71
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-32.503	-6.797
6.01.02.01	Clientes	-21.227	-16.446
6.01.02.02	Impostos e contribuições a recuperar	-4.709	-3.569
6.01.02.03	Estoques	-5.382	-91
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-227	-268
6.01.02.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-16	0
6.01.02.06	Outras contas a receber	-3.103	-1.653
6.01.02.07	Fornecedores	4.109	5.603
6.01.02.08	Salários e encargos sociais a pagar	-5.074	720
6.01.02.09	Obrigações fiscais a recolher	3.668	7.668
6.01.02.10	Parcelamento de débitos fiscais	-399	-315
6.01.02.11	Outros passivos	-143	1.554
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.527	-38.692
6.02.01	Aquisição e baixa de imobilizado	-5.167	-10.914
6.02.02	Aquisição e baixa de investimento e intangível	-16	-31.630
6.02.03	Aquisição e baixa de ações em tesouraria	-3.344	3.852
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.969	-5.614
6.03.01	Dividendos pagos	-6.969	-5.614
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	566	-296
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-14.978	-20.052
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	139.744	108.090
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	124.766	88.038

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	260.000	6.111	192.218	0	-3.279	455.050	0	455.050
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	260.000	6.111	192.218	0	-3.279	455.050	0	455.050
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.344	0	0	-3.344	0	-3.344
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-3.344	0	0	-3.344	0	-3.344
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	21.243	566	21.809	0	21.809
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.243	0	21.243	0	21.243
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	566	566	0	566
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	566	566	0	566
5.07	Saldos Finais	260.000	6.111	188.874	21.243	-2.713	473.515	0	473.515

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	260.000	6.018	124.345	0	-1.311	389.052	0	389.052
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	260.000	6.018	124.345	0	-1.311	389.052	0	389.052
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	71	-4.797	0	0	-4.726	0	-4.726
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	71	0	0	0	71	0	71
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	3.852	0	0	3.852	0	3.852
5.04.08	Transferência dos dividendos adicionais cfe.AGO	0	0	-8.649	0	0	-8.649	0	-8.649
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.042	-296	16.746	0	16.746
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.042	0	17.042	0	17.042
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-296	-296	0	-296
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-296	-296	0	-296
5.07	Saldos Finais	260.000	6.089	119.548	17.042	-1.607	401.072	0	401.072

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	236.436	194.527
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	235.228	194.245
7.01.02	Outras Receitas	1.211	279
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3	3
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-109.144	-81.665
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-95.972	-78.235
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.172	-3.430
7.03	Valor Adicionado Bruto	127.292	112.862
7.04	Retenções	-6.608	-7.724
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.608	-7.724
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	120.684	105.138
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.989	2.403
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	719	0
7.06.02	Receitas Financeiras	3.270	2.403
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	124.673	107.541
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	124.673	107.541
7.08.01	Pessoal	47.419	43.705
7.08.01.01	Remuneração Direta	35.240	31.565
7.08.01.02	Benefícios	9.342	8.968
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.837	3.172
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	47.488	40.053
7.08.02.01	Federais	37.693	31.450
7.08.02.02	Estaduais	4.415	3.948
7.08.02.03	Municipais	5.380	4.655
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.523	6.741
7.08.03.01	Juros	6.898	5.285
7.08.03.02	Aluguéis	1.625	1.456
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	21.243	17.042
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	21.243	17.042

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

Iniciamos o ano de 2011 com muitos desafios pela frente. Grandes clientes corporativos e governos esperam cada vez mais de seus fornecedores uma prestação de serviços diferenciada, e a Valid, confirmando sua capacidade de se reinventar, concentrou esforços na mudança conceitual do seu portfólio, posicionando-se como uma empresa de soluções, que une produtos e serviços para o atendimento sob medida a cada cliente.

A partir deste trimestre estaremos apresentando uma nova estrutura de negócios focando nossas atividades nas necessidades do cliente e não mais no produto. Desta forma, a segmentação das linhas de cartões e serviços gráficos foi reorganizada por especialidade: Meios de Pagamento e Telecomunicações. Essas duas divisões, juntamente com a Divisão de Identificação, compõem agora nossa estrutura interna de negócios. Entendemos que esta é uma forma mais moderna e dinâmica de direcionarmos a empresa para o futuro.

Na divisão de Meios de Pagamento, seguindo o conceito one stop shop, nosso foco está no atendimento à grandes instituições financeiras e varejistas, que contam com a experiência de quem, a mais de 50 anos, atua nesse segmento, contribuindo para que cada vez mais brasileiros realizem seus sonhos de consumo usufruindo a segurança e comodidade dos serviços e soluções Valid. Nossa expectativa neste mercado é com relação às transações móveis, que acreditamos terem forte tendência de crescimento para os próximos anos.

Nosso negócio em telefonia era, há três anos, muito restrito à telefonia pública, entretanto, este cenário mudou quando entramos no mercado de SIM Cards. Com a aquisição da Valid Espanha e a contratação de pessoas especializadas nesta área estamos desenvolvendo uma linha completa de produtos e serviços que oferecem aos nossos clientes o que há de mais moderno para atender as suas demandas por transformações tecnológicas cada vez mais rápidas e profundas. Através de soluções inovadoras e totalmente alinhadas às tendências do setor, conseguimos ao longo deste período um posicionamento crescente no mercado de telecomunicações brasileiro.

No segmento de Sistemas de Identificação, somos responsáveis pela grande maioria das carteiras de habilitação emitidas no país e estamos presentes em 14 estados, com 1800 profissionais atendendo ao cidadão brasileiro diariamente. O maior acontecimento neste setor é o novo Registro de Identificação Civil (RIC), anunciado pelo Governo Federal. A chegada do RIC permitirá que cada cidadão seja reconhecido nacionalmente por um único número, tal como acontece hoje com cada portador de uma CNH.

No início do ano, anunciamos mais uma solução de negócios: a Certificação Digital. Ao longo de 2011 investiremos cerca de R\$ 30 milhões na infraestrutura necessária para atender a esta nova necessidade do setor e pretendemos emitir os primeiros certificados já em 2012. A regulamentação da Receita Federal para o envio de notas fiscais eletrônicas em 2011 movimentará mais de R\$ 400 milhões no Brasil, com aumento substancial para os próximos anos. O mercado total, hoje estimado em 1,5 milhão de portadores, ganhará mais 4 milhões destes caso o governo torne obrigatório o certificado para as empresas que utilizam o SIMPLES.

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

Nosso resultado no 1T11 foi 14,9% superior ao apresentado no 1T10. Ao anualizarmos este crescimento, chegamos a um aumento superior ao guidance anunciado anteriormente, contudo, estamos mantendo nossas expectativas entre 8 e 12% de evolução do EBITDA para 2011.

Muito Obrigado,
Sidney Levy
Presidente do Conselho de Administração



Notas Explicativas

Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.

(Anteriormente denominada American Banknote S.A.)

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Histórico e contexto operacional

Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. (“Valid” ou “Companhia”) atua no Brasil desde 1993, quando American Banknote Corporation adquiriu a subsidiária brasileira da Thomas de La Rue, uma empresa de serviços gráficos de segurança que atuava no mercado brasileiro há quase 50 anos.

Desde então, por meio de uma série de aquisições e alianças estratégicas, a Companhia diversificou seus produtos e cresceu significativamente, atuando em quase todos os estados do Brasil e na América do Sul.

A Companhia tem por objeto social, principalmente a indústria gráfica em geral, incluindo impressos de segurança, bilhetes e sistemas de loteria em geral, inclusive eletrônica, indústria de cartões plásticos, magnéticos e indutivos e codificação de cartões e desenvolvimento, implantação e execução de projetos de gerenciamento eletrônico de documentos.

A Companhia atende tanto a clientes do setor privado quanto do setor público, oferecendo produtos e serviços que incluem características, processos e tecnologias antifraude e que dificultam a falsificação. A Companhia tem entre seus principais clientes grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações, bem como governos estaduais e agências públicas. Os produtos oferecidos incluem cartões de crédito e de débito, cartões telefônicos pré-pagos e indutivos, carteiras de habilitação, impressos de segurança, carteiras de identidade e processamento e emissão de documentos com impressos de segurança e prevenção a fraudes, logística de documentos e gestão de suprimento de produtos gráficos, *smart cards*, selos, *contactless cards*, cheques, extratos bancários e contas de serviços de utilidade pública.

Em 12 de abril de 2006, a Companhia obteve o registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), passando a integrar o Novo Mercado da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo – BOVESPA e em 08 de outubro de 2010 teve sua denominação social alterada de “American BankNote S.A.” para “Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.”

A autorização para conclusão da preparação destas Informações Trimestrais (“ITR”) ocorreu em reunião de diretoria realizada em 06 de maio de 2011.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board, com a única exceção que se refere à avaliação dos investimentos em coligadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que de acordo com as normas internacionais de contabilidade seria custo ou valor justo.

Na elaboração das informações trimestrais foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, publicadas na imprensa oficial em 21 de março de 2011 e com os princípios e práticas contábeis emitidos pelo CPC e regulamentados pela CVM, que dispõem sobre a aplicação da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 na elaboração das informações intermediárias.

Notas Explicativas

2.1 Base de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

	% de participação	
	31/03/2011	31/12/2010
Valid Participações Ltda. (“Valid Par”)	100	100
CSB Transtex Chile S.A. (“Transtex Chile”)	(*) 100	(*) 100
Incard do Brasil Ltda. (“Incard”)	(**) 50	(**) 50
Interprint Ltda. (“Interprint”)	100	100
Microelectronica Española S.A.U. (“MEE”)	(***)100	-
Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A. (“Valid Argentina”)	(*) 100	(*) 100
Trust Administração e Participações Ltda. (“Trust”)	100	100

(*) Participação direta e indireta.

(**) Participação indireta através da Interprint Ltda.

(***) Participação adquirida em 05 de fevereiro de 2010.

O período de abrangência das informações trimestrais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas.

Conforme previsto pelo CPC 36 – Demonstrações consolidadas, considerando a existência de acordos de acionistas para a administração compartilhada, as informações trimestrais da Incard do Brasil Ltda. foram consolidadas proporcionalmente com base no respectivo percentual de participação.

Em conformidade com a mesma instrução mencionada no parágrafo anterior, considerando a participação de mais de 20% que a Companhia possui na Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) e que esta participação não corresponde ao controle acionário da mesma, as informações trimestrais desta foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, não tendo sido consolidadas.

As informações trimestrais das controladas Valid Argentina, Transtex Chile e MEE, sediadas respectivamente na Argentina, Chile e Espanha, foram preparadas com base na moeda funcional daqueles países e convertidas para Reais pela taxa de conversão do final do período para as contas do balanço e taxa de conversão média a cada mês para as contas de resultado. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas em conta de ajuste acumulado de conversão de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da controladora.

No processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado das empresas anteriormente nomeadas (consolidação proporcional para a controlada em conjunto), corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada pelas eliminações dos saldos das operações ativas e passivas, e das receitas e despesas, decorrentes de negócios realizados entre as empresas consolidadas, bem como do investimento da controladora contra o patrimônio líquido das controladas.

Notas Explicativas

As rubricas sumarizadas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado da controlada em conjunto incluída na consolidação, depois de aplicadas as proporções de participações acionárias, são assim resumidas:

	Incard	
	31/03/2011	31/12/2010
Ativo		
Ativo circulante	21.210	18.468
Ativo não circulante	1.976	2.044
Total do ativo	23.186	20.512
Passivo e patrimônio líquido		
Passivo circulante	7.679	6.944
Passivo não circulante	64	-
Patrimônio líquido	15.443	13.568
Total do passivo e patrimônio líquido	23.186	20.512
	31/03/2011	31/03/2010
Receita líquida de vendas	9.790	7.997
Custo das vendas	(6.731)	(4.499)
Lucro bruto	3.059	3.498
Receitas (despesas) operacionais, líquidas	(408)	(1.390)
Receitas (despesas) financeiras	227	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.003)	(735)
Lucro líquido do período	1.875	1.373

2.2 Combinação de negócios

Combinações de negócios a partir de 1º de janeiro de 2009

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de

Notas Explicativas

aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

2.3 Investimento em coligadas

O investimento da Valid em sua coligada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial, representado pela participação na Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”). Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da coligada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e a coligada, são eliminados de acordo com a participação mantida na coligada.

A participação societária na coligada será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

As informações trimestrais da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Valid. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Valid em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Valid avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

Notas Explicativas

2.4 Participação em *joint venture*

A Valid mantém participação em *joint venture* na Incard Brasil Ltda (“Incard”), na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto de várias atividades da Companhia. A Valid reconhece sua participação na *joint venture* utilizando a consolidação proporcional. A Companhia combina sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas da *joint venture*, linha por linha, nas suas informações trimestrais consolidadas. As informações trimestrais da *joint venture* são preparadas para o mesmo período de divulgação da Valid. Os ajustes são efetuados, quando necessário, para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Companhia.

Ajustes são efetuados nas demonstrações consolidadas da Companhia com o objetivo de eliminar a participação da Valid nos saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados sobre transações entre a Companhia e sua *joint venture*. Perdas em transações são reconhecidas imediatamente se a perda fornece evidências de redução do valor realizável de ativos. A *joint venture* é proporcionalmente consolidada até a data em que a Valid deixe de exercer controle conjunto.

Quando ocorrer perda de controle conjunto, e contanto que esta investida não se torne controlada ou coligada, a Valid passa a mensurar esse investimento a valor justo a partir de então. No momento da perda de controle conjunto, será reconhecida na demonstração do resultado qualquer diferença entre o valor contábil da antiga *joint venture* e o valor justo do investimento, bem como eventuais resultados da venda da *joint venture*.

Quando o investimento remanescente mantiver influência significativa, será contabilizado como investimento em uma coligada, conforme descrito anteriormente.

2.5 Conversão de moedas estrangeiras

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade da Valid determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as informações trimestrais são traduzidas para o Real na data do fechamento.

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

2.6 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de

Notas Explicativas

forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Valid avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

2.7 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído

Notas Explicativas

como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.8 Pagamento baseado em ações

A Companhia outorgou aos conselheiros, diretores, gerentes e empregados eleitos como participantes do programa, as opções de compras de ações, as quais somente poderão ser exercidas após prazos específicos de carência. Essas opções são calculadas durante os seus respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação Black-Scholes nas datas dos programas.

2.9 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

2.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.11 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Notas Explicativas

2.12 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.13 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos em processo - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.14 Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas anuais que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Edificações – 4%;
- Máquinas e equipamentos – 10% a 30%;
- Móveis e utensílios – 10% a 20%;
- Veículos – 20%; e
- Equipamento de processamento de dados – 20%.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido

Notas Explicativas

da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.15 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.16 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são

Notas Explicativas

descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

2.17 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.18 Debêntures

As debêntures são atualizadas pelos encargos financeiros incorridos “pro rata temporis” conforme os termos definidos contratualmente, de modo a refletir os valores incorridos até a data do balanço.

2.19 Participação nos resultados

A Companhia mantém programa de participação dos empregados nos resultados e registra, mensalmente, uma provisão em função das metas divulgadas aos seus colaboradores e alcançadas até aquela data, estando tais valores registrados como despesas operacionais e custo das mercadorias vendidas.

2.20 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (“CPC 03”). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (“CPC 09”).

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais, individuais e consolidadas, da Valid requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota

Notas Explicativas

22.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	8.322	11.475	18.467	20.697
Aplicações financeiras	90.839	96.268	106.299	119.047
Total	99.161	107.743	124.766	139.744

As aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha e, estão disponíveis para negociação, portanto, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, com habilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. As aplicações financeiras são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e, portanto, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado.

5. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
IR a recuperar	3.723	4.836	13.762	11.967
CSLL a recuperar	1.287	1.623	4.370	3.798
ICMS a recuperar	5.238	4.187	6.290	5.134
IPI a recuperar	3.105	2.345	3.405	2.707
Impostos federais retidos por clientes	216	303	4.981	4.292
INSS a recuperar	321	521	321	521
Outros	-	-	10	11
Total	13.890	13.815	33.139	28.430
Total circulante	13.890	13.815	32.937	28.183
Total não circulante	-	-	202	247
Total	13.890	13.815	33.139	28.430

Notas Explicativas

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Matéria prima	42.218	42.219	53.532	50.740
Produtos em processo	22.363	20.962	25.396	23.597
Peças e materiais de reposição	2.097	2.189	2.930	3.760
Produtos para revenda e outros	208	208	234	1.183
	66.886	65.578	82.092	79.280
Adiantamentos a fornecedores	2.863	3.110	8.259	5.689
Total	69.749	68.688	90.351	84.969

7. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Trabalhistas	3.543	3.470	6.059	5.943
Tributários	1.678	1.573	1.749	1.643
Cíveis, comerciais e outros	246	241	246	241
Total	5.467	5.284	8.054	7.827

8. Impostos diferidos

a) Impostos diferidos ativos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativo estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Imposto de renda diferido				
Provisão para contingências	2.648	2.723	5.528	5.851
Amortização de ágio	746	746	1.111	1.330
Comissões a pagar	296	223	293	242
Base negativa de imposto de renda-MEE	-	-	581	559
Outras adições temporárias	1.751	1.034	2.277	1.625
	5.441	4.726	9.790	9.607
Contribuição social diferida				
Provisão para contingências	953	980	1.990	2.106
Amortização de ágio	269	269	400	479
Comissões a pagar	107	80	106	87
Outras adições temporárias	630	372	831	786
	1.959	1.701	3.327	3.458
Total	7.400	6.427	13.117	13.065

Notas Explicativas

b) Impostos diferidos passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivo possui a seguinte natureza:

	Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010
Amortização fiscal do ágio dedutível		
Imposto de renda	12.938	11.501
Contribuição social	4.658	4.140
Total	17.596	15.641

O ágio pago na aquisição da Interprint e suas subsidiárias, suportado pela expectativa de rentabilidade futura, não é passível de amortização para fins contábeis a partir de 1º janeiro de 2009. Entretanto, o mesmo continua a ser amortizado para fins fiscais com base no Regime Tributário de Transição (“RTT”) instituído pela Lei nº 11.941/09. Desta forma, a Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos passivo pela diferença temporária tributável.

9. Investimentos e intangível

A movimentação dos saldos de investimentos para os trimestre findo em 31 de março de 2011 está demonstrada como segue:

Investimento	Controladora					
	31/12/2010	Adições (baixas)	Variação cambial	Resultado de		31/03/2011
				equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	
Valid Par	817	-	-	5	-	822
Interprint	191.978	-	-	10.944	-	202.922
MEE	22.328	-	848	1.805	-	24.981
Valid Argentina	6.599	-	(276)	107	-	6.430
Transtex Chile	169	-	(6)	(13)	-	150
Trust	12.088	-	-	289	-	12.377
Total	233.979	-	566	13.137	-	247.682

Investimento	Consolidado					
	31/12/2010	Adições (baixas)	Variação cambial	Resultado de		31/03/2011
				equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	
Multidisplay	2.282	-	-	718	-	3.000
Total	2.282	-	-	718	-	3.000

O patrimônio líquido e o resultado auferido pelas empresas controladas em 31 de março de 2011 que serviram de base para o cálculo da equivalência patrimonial e consolidação, são os seguintes:

Notas Explicativas

Controladas	Resultado do período	Patrimônio líquido	Quantidade de ações / quotas (lote de mil)	% de participação
Valid Par	5	822	1.031	100
Incard	1.875	15.443	762	(**) 50
Interprint	10.944	202.922	227.500	100
MEE	1.805	24.981	164	100
Valid Argentina	112	6.750	15.219	(*) 100
Transtex Chile	(14)	128	1	(*) 100
Trust	289	12.377	17.500	100

(*) Participação direta e indireta.

(**) Participação indireta através da Interprint.

As principais informações sobre as controladas podem ser resumidas da seguinte forma:

a) Trust Administração e Participações Ltda.

Em setembro de 2006, a Companhia concluiu por meio da celebração de Contrato de Cessão de Quotas, a aquisição de 100% das quotas da Trust Administração e Participações Ltda., empresa que tem como principais produtos os bilhetes de loterias instantâneas e cartões telefônicos em papel. A aquisição da Trust teve como objetivo a ampliação do portfólio de produtos e serviços da Valid, bem como uma maior penetração no mercado como um todo. O valor total da operação totalizou R\$10.825.

Como parte da transação, foi reconhecido pela Companhia um ágio no montante total de R\$ 6.633, na qual foi tomado como base as informações trimestrais levantadas em 31 de agosto de 2006. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 01 de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

b) Valid Participações Ltda.

A Valid Participações (“Valid Par”) cuja razão social anterior era ABnote Participações Ltda., foi criada em 03 de agosto de 2007, e tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades. A Valid Par detém cinco por cento do capital social da Valid Argentina e Transtex Chile. A aquisição ocorreu em 30 de agosto de 2007, pelo valor total de US\$ 525 mil (US\$ 519 mil – Valid Argentina e US\$ 6 mil - Transtex Chile). A Valid Par pertence integralmente à Valid.

Como parte da transação de compra da Valid Argentina, pela Valid Par, foi reconhecido um ágio no montante total de R\$668, na qual foi tomado como base as informações trimestrais levantadas em agosto de 2007. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 01 de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou

Notas Explicativas

de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

c) **Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.**

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2007 aprovou a aquisição de noventa e cinco por cento do capital social da Valid Argentina cuja razão social anterior era Transtex S.A.. Esta controlada é uma empresa com sede em Buenos Aires, Argentina, e líder na comercialização de cartões bancários no mercado argentino, além de exportar seus produtos para outros países da América Latina, como Peru, Bolívia, Uruguai e Paraguai. A compra da Valid Argentina representa para a Valid um importante reposicionamento mercadológico, já que poderá estender sua atuação em todo o continente. O valor total da operação foi de US\$ 9.861 mil.

Como parte da transação, foi reconhecido pela Companhia um ágio no montante total de R\$12.698, na qual foi tomado como base as informações trimestrais levantadas em agosto de 2007. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 01 de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

d) **CSB Transtex Chile S.A.**

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2007, aprovou a aquisição de noventa e cinco por cento das ações do capital social da Transtex Chile, empresa com sede em Santiago, Chile. A Transtex Chile é líder na comercialização de cartões bancários no mercado chileno. O valor total da operação totalizou US\$ 114 mil.

e) **Interprint Ltda.**

A Interprint Ltda. é uma empresa que atua provendo soluções completas de pagamentos e identificação para os segmentos financeiros, de telecomunicações e de governo. Seu portfólio de produtos inclui cartões indutivos, pré-pagos, talões de cheques, carteiras de habilitação, carteiras de identidade, soluções de biometria (AFIS) e impressão eletrônica, entre outros.

A antiga controladora da Interprint, Praven Participações Ltda. (“Praven”), em função de um processo de reestruturação societária, foi incorporada em 1º de fevereiro de 2006, de forma reversa pela controlada Interprint, a qual manteve sua razão social. Em decorrência desse processo, a Praven foi extinta e seu patrimônio passou a integrar o patrimônio de sua sucessora Interprint. O ágio decorrente da incorporação reversa está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 01 de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

Notas Explicativas

Em 12 de maio de 2008, a Unicert Brasil Ltda. (“Unicert”), controlada integral da Valid, adquiriu 76% de participação na Interprint, mediante pagamento em dinheiro, no montante de R\$ 179.150.

Em 29 de maio de 2008, a Valid conferiu a totalidade das suas quotas, representativas de 24% de participação na Interprint, ao capital social de sua controlada Unicert, que já detinha 76% de participação na Interprint. Assim, a Valid que detinha 100% de participação na Unicert passou a deter 100% de participação na Interprint através de uma única controlada.

Em 30 de maio de 2008, a Unicert foi incorporada pela sua subsidiária Interprint, por meio de incorporação reversa. O aumento de capital social, decorrente da incorporação, foi subscrito em nome dos sócios da Unicert em troca das participações extintas naquela empresa. Em razão da incorporação, a Valid passou a deter diretamente 100% do capital social da Interprint.

O ágio total pago na aquisição da Interprint totalizou R\$146.706, sendo R\$47.235 relativo a mais valia dos ativos e R\$99.471 relativo à rentabilidade futura. O ágio decorrente da mais valia dos ativos foi devidamente alocado aos seus respectivos bens no ativo imobilizado, constante no laudo de avaliação, e é amortizado de acordo com a vida útil remanescente do mesmo. O ágio decorrente da rentabilidade futura foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 01 de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

Em 01 de setembro de 2009, os quotistas deliberaram o aumento no capital social da Interprint, no valor de R\$184, mediante a emissão de 183.564 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas em espécie pela quotista Valid com o consentimento dos demais quotistas. Desta forma, o capital social da Interprint passou a ser de R\$ 228, dividido em 227.500 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. Adicionalmente, o quotista Sylio Swerts cedeu e transferiu 1 quota de sua propriedade, a título oneroso, para a quotista Valid, e, neste ato, se retira da sociedade. Em 31 de outubro de 2009, a Tecnoformas foi incorporada pela Interprint.

f) Incard do Brasil Ltda.

O investimento na Incard refere-se a uma *joint venture* com a Incard S.A., cuja matriz localiza-se na Suíça, sendo esta empresa a responsável pelo fornecimento dos *chips* para a produção de *smart cards* e produtos correlatos.

g) Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A.

Em 02 de agosto de 2010 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição de 30% das ações da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) e sua subsidiária M4 Produtos e Serviços S.A. pelo valor de até R\$30.000, dos quais R\$15.332 foram pagos em dinheiro,

Notas Explicativas

sendo apurado um ágio no valor total de R\$13.955. O valor remanescente será pago em até 37 meses da data de fechamento, condicionado ao atingimento de determinadas metas, pactuadas no contrato de compra e venda das ações.

A Multidisplay possui o know-how e expertise no desenvolvimento de serviços e produtos de mobilidade, visando a ampliação do seu portfólio de serviços para SIM Cards.

h) Microelectronica Española S.A.U.

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 05 de fevereiro de 2010, aprovou a aquisição de 100% do capital social da Microelectronica Española S.A.U., empresa com sede em Madrid, Espanha. A MEE atua na fabricação, desenvolvimento e vendas de cartões inteligentes (Simcards) para operadoras de telefonia celular. A aquisição foi realizada em dinheiro, pelo montante total de R\$38.852, sendo apurado um ágio no valor total de R\$31.414, o qual foi alocado pelo valor justo dos ativos e passivos da empresa adquirida pela Administração da Companhia com base em laudo de avaliação efetuado por empresa especializada.

A movimentação dos saldos de intangível para o período findo em 31 de março de 2011 está demonstrada como segue:

Intangível	Controladora			
	31/12/2010	Adições (baixas)	Amortização	31/03/2011
Vida útil definida				
Software	7.341	31	(879)	6.493
Vida útil indefinida				
MEE	31.414	-	-	31.414
Valid Argentina	9.311	-	-	9.311
Trust	3.649	-	-	3.649
Total	51.715	31	(879)	50.867
Intangível	Consolidado			
	31/12/2010	Adições (baixas)	Amortização	31/03/2011
Vida útil definida				
Software	7.343	91	(883)	6.551
Vida útil indefinida				
Interprint (Unicert Brasil)	85.962	-	-	85.962
MEE	31.414	-	-	31.414
Multidisplay	13.955	-	-	13.955
Praven (*)	6.731	-	-	6.731
Tecnoformas (*)	11.099	-	-	11.099
Valid Argentina	9.800	-	-	9.800
Trust	3.649	-	-	3.649
Total	169.953	91	(883)	169.161

(*) Os saldos se referem às subsidiárias da Interprint, os quais correspondem aos ágios apurados anteriormente à aquisição da Interprint pela Companhia.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados por direitos de

Notas Explicativas

utilização de software, sendo amortizados linearmente a taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo de licença.

10. Imobilizado

	Controladora									
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Taxa anual de Depreciação	-	4%	10 a 20%	10 a 20%	20%	20%	-	-	-	-
Custo										
31/12/2010	3.732	63.002	154.541	8.127	1.293	85.000	5.399	6.463	327	327.884
Adições	-	19	4.113	102	76	669	-	270	1.034	6.283
Baixas	-	-	(923)	(82)	-	(291)	-	-	(265)	(1.561)
Transferências	-	5.025	18	41	-	-	-	(5.084)	-	-
31/03/2011	3.732	68.046	157.749	8.188	1.369	85.378	5.399	1.649	1.096	332.606
Depreciação										
31/12/2010	-	(15.256)	(78.286)	(4.858)	(407)	(62.000)	(5.399)	-	-	(166.206)
Adições	-	(626)	(2.026)	(167)	(63)	(1.881)	-	-	-	(4.763)
Baixas	-	-	649	73	-	290	-	-	-	1.012
31/03/2011	-	(15.882)	(79.663)	(4.952)	(470)	(63.591)	(5.399)	-	-	(169.957)
Valor líquido	3.732	52.164	78.086	3.236	899	21.787	-	1.649	1.096	162.649
	Consolidado									
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Taxa anual de Depreciação	-	4%	10 a 20%	10 a 20%	20%	20%	-	-	-	-
Custo										
31/12/2010	4.212	85.893	278.384	10.626	1.710	111.178	6.737	6.681	848	506.269
Adições	-	48	4.487	222	76	1.322	4	593	1.063	7.815
Baixas	-	-	(2.283)	(82)	-	(411)	-	-	(667)	(3.443)
Ajuste cambial	-	54	155	2	(3)	43	(50)	-	-	201
Transferências	-	5.025	18	41	-	157	-	(5.241)	-	-
31/03/2011	4.212	91.020	280.761	10.809	1.783	112.289	6.691	2.033	1.244	510.842
Depreciação										
31/12/2010	-	(30.849)	(147.848)	(6.341)	(665)	(82.072)	(6.465)	-	-	(274.240)
Adições	-	(855)	(4.002)	(216)	(76)	(2.385)	(10)	-	-	(7.544)
Baixas	-	-	1.974	73	-	411	-	-	-	2.458
Ajuste cambial	-	-	(173)	2	2	4	45	-	-	(120)
31/03/2011	-	(31.704)	(150.049)	(6.482)	(739)	(84.042)	(6.430)	-	-	(279.446)
Valor líquido	4.212	59.316	130.712	4.327	1.044	28.247	261	2.033	1.244	231.396

Em 31 de março de 2011, a Companhia possuía determinadas máquinas e equipamentos que estavam vinculadas a garantias de ações trabalhistas, no valor de R\$3.804.

11. Debêntures

Em 20 de abril de 2008, foram subscritas 18.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 180.000. O "rating" da emissão atribuído pela Moody's foi de Aa3.br na Escala Nacional Brasileira ("NSR").

A oferta pública de debêntures foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 28 de janeiro de 2008. Os recursos foram utilizados para efetuar o pagamento de parte do custo de aquisição da Interprint, nos termos do Acordo de Investimentos celebrado, também, em 28 de janeiro de 2008.

Notas Explicativas

Os juros correspondentes às debêntures se encontram calculados com base nas condições definidas contratualmente, os quais se encontram registrados no passivo circulante da Companhia no valor de R\$ 9.749 em 31 de março de 2011 (R\$ 4.191 em 31 de dezembro de 2010). A parcela das debêntures correspondente ao valor do principal se encontra registrada no passivo circulante e não circulante da Companhia, nos valores de R\$ 72.000 e R\$ 108.000, respectivamente.

As debêntures prevêem a manutenção de “covenants”, na qual a Companhia cumpriu adequadamente as cláusulas contratuais, nas informações trimestrais findas em 31 de março de 2011.

Características das debêntures

Espécie e Série:	Espécie quirografária e de série única
Quantidade:	18.000 debêntures simples
Valor nominal:	R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
Data de emissão:	20 de Abril de 2008
Data de vencimento:	20 de Abril de 2013
Remuneração:	Taxa Média DI + 1,50% a.a.
Carência:	3 anos
Amortização do principal:	5 parcelas semestrais e iguais
Pagamento de juros:	Semestral, a partir da data de emissão
Garantia:	Sem garantia real

12. Obrigações fiscais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
IR a recolher	5.762	6.069	15.393	13.216
CSLL a recolher	1.779	1.998	4.413	4.659
ICMS a recolher	3.601	2.222	3.823	2.544
IPI a recolher	53	25	141	195
ISS a recolher	1.932	1.749	3.780	3.142
COFINS a recolher	1.858	2.257	2.453	3.105
PIS a recolher	403	490	533	670
Outros	75	73	1.010	347
Total	15.463	14.883	31.546	27.878

13. Parcelamento de débitos fiscais

	Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010
Parcelamento especial de débitos - PAES (Lei nº 10.684/03)	2.977	3.307
Parcelamento processo INSS	570	639
Total	3.547	3.946
Total circulante	674	699
Total não circulante	2.873	3.247
Total	3.547	3.946

a) Programa de parcelamento especial de débitos – PAES

As controladas Interprint e Tecnoformas (incorporada pela Interprint em 31 de outubro de 2009) optaram pelo parcelamento especial de débitos junto à

Notas Explicativas

Secretaria da Receita Federal do Brasil, instituído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, conhecido como REFIS II, consolidando todos os débitos federais com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, relativos ao Imposto de Importação (“II”) e ao Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) em decorrência do não cumprimento do programa Befiex, bem como os valores referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro que vinham sendo discutidos judicialmente, os quais, mediante a desistência dos processos de questionamento, também foram incluídos no PAES. Em dezembro de 2010, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, a Administração da Companhia decidiu por realizar a baixa do passivo que se encontrava constituído pelo montante de R\$ 4.514, basicamente, em função do prazo de prescrição dos débitos em questão junto a Fazenda Nacional, em função de ter passado cinco anos dos débitos.

O valor da prestação corresponde ao maior valor entre 1,5% da receita bruta correspondente ao mês imediatamente anterior ao do vencimento da parcela e 1/180 do total do débito consolidado, não podendo ser inferior a R\$ 2, garantido o prazo máximo de 120 parcelas caso seja adotado o percentual de 1,5% sobre a receita bruta. Com base na expectativa de faturamento, a Administração da Companhia adotou o prazo total de 120 meses para definição das parcelas de curto e longo prazo nas informações trimestrais.

b) Parcelamento de INSS a pagar

Em 4 de dezembro de 2007, a controlada Interprint foi autuada pelo não recolhimento de INSS sobre fretes referentes ao período de janeiro de 2002 à maio de 2003 e pelo não recolhimento de INSS sobre pagamentos efetuados por serviços prestados por intermédio de cooperativas de trabalho no período de janeiro de 2002 a dezembro de 2004.

A Companhia optou pelo parcelamento da dívida em 60 meses com vencimento final em novembro de 2012.

14. Provisão para contingências

A Companhia é parte integrante em processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista surgidos no curso normal dos seus negócios. A provisão para contingências, registrada em relação àquelas causas consideradas como perdas prováveis, apresenta a seguinte composição:

	Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010
Trabalhistas	4.335	4.635
Tributárias	1.600	1.600
Cíveis, comerciais e outros	4.657	4.657
Total	10.592	10.892

Notas Explicativas

	Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010
Trabalhistas	5.589	7.746
Tributárias	13.831	13.831
Cíveis, comerciais e outros	4.698	4.698
Total	24.118	26.275

Os principais processos estão sumariados a seguir:

a) Impostos sobre Produtos Industrializados (“IPI”)

A Companhia possui autos de infração lavrados por autoridades fiscais devido ao não recolhimento de IPI supostamente devido a operações com cartões plásticos com tarja magnética. Estes autos foram impugnados pelos consultores jurídicos da Companhia, que obtiveram decisão favorável para três dos processos, os quais foram julgados improcedentes e sem possibilidade de recursos por parte das autoridades fiscais. Em 18 de setembro de 2009, a Companhia levantou valores que estavam depositados em juízo nos autos de um desses processos, resgatando o montante aproximado de R\$ 10.800.

A Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que o desfecho será favorável para os demais autos de infração desta natureza; como consequência, não há registrado nos livros contábeis provisão para contingência desta natureza.

b) Autos de infração de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (“ICMS”)

A Companhia e sua controlada Interprint possuem autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais do Estado do Rio de Janeiro e São Paulo devido ao não recolhimento de ICMS, supostamente devido sobre operações de saída de determinados impressos personalizados. Em 31 de março de 2011, os autos de infração, atualizados monetariamente, totalizam o montante aproximado de R\$ 45.902 na controladora e R\$ 49.571 no consolidado. Estes autos foram impugnados pelos consultores jurídicos da Companhia junto à Secretaria Estadual de Fazenda, que obtiveram sentença favorável para um dos processos, o qual foi julgado improcedente e sem possibilidade de recursos desta decisão por parte da autoridade fiscal.

Devido ao fato de os demais processos apresentarem a mesma natureza, a Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que não consideram a perda como provável, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foi constituída provisão para contingências.

c) Execução fiscal de Imposto sobre Serviços (“ISS”)

As autoridades fiscais do Município do Rio de Janeiro lavraram contra a Companhia dois autos de infração, no montante histórico aproximado de R\$ 55.000, referente ao não recolhimento do ISS supostamente devido sobre operações de confecção de cartões telefônicos indutivos no período de agosto

Notas Explicativas

de 1993 a abril de 2001. A Companhia contestou e está contestando as duas cobranças perante o Poder Judiciário.

Em 2009, a Companhia obteve ganho de causa definitivo em relação à parte da cobrança, com o trânsito em julgado de decisão que declarou a não incidência do referido imposto, cancelando um dos autos de infração lavrados (ISS sobre vendas realizadas no período de agosto de 1993 a outubro de 1996), cujo montante histórico aproximado era de R\$ 17.000. O auto de infração que restou (ISS sobre vendas realizadas no período novembro de 1999 a abril de 2001), no montante histórico aproximado de R\$ 38.000, está sendo contestado em outra ação, em trâmite na primeira instância, não havendo até o momento qualquer decisão quanto ao mérito. Em consequência, considerando a expectativa de perda como não provável, esse valor não constitui provisão para contingência.

d) Processos trabalhistas

Valid e suas controladas Interprint e Tecnoformas tiveram ajuizada em face de si uma reclamatória trabalhista cujo autor é o ex-representante comercial da controlada Tecnoformas, que busca o reconhecimento de vínculo empregatício com o pagamento de verbas trabalhistas e indenização por perdas e danos. O valor da reclamatória atribuído pelo ex-representante foi de R\$ 8.500.

Segundo o Acordo de Investimentos e Outras Avenças que tratou da aquisição da Interprint e sua controlada Tecnoformas pela Valid, os vendedores se responsabilizam pelas perdas decorrentes de fatos que tiveram origem em fatos ocorridos antes da conclusão da aquisição. Neste sentido, os vendedores já assumiram formalmente a responsabilidade pela defesa da Valid e suas controladas, e uma eventual condenação se encontra garantida por depósito em conta vinculada, criada quando da aquisição para cobrir tais situações. Portanto, por entender estar assegurada a cobertura da eventual perda, a Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão contábil para esta contingência.

e) Instituto Nacional de Seguro Social (“INSS”)

A Companhia possui um auto de infração referente ao não recolhimento da contribuição previdenciária sobre INSS que de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos encontra-se sob período prescricional. Por entender que o valor não é devido, a Companhia está impugnando a execução fiscal e, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que não consideram a perda como provável, não foi constituída provisão para contingências. O depósito judicial referente a este processo, no montante de R\$ 5.564, foi resgatado pela Companhia em 2009, sendo oferecido em troca, através de instituição financeira, serviço de fiança bancária, devidamente acatado pelo juízo responsável pelo processo.

A controlada Interprint, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, registrou uma provisão para perdas consideradas prováveis, no montante de R\$12.656, referentes a encargos sociais.

Notas Explicativas

15. Transações com partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas, que foram eliminadas no processo de consolidação, podem ser assim sumariados:

	Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010
Ativo		
Circulante		
Contas a receber		
Incard	158	22
Interprint	3	48
Trust	2	1.437
	163	1.507
Passivo		
Circulante		
Fornecedores		
Incard	-	33
Trust	4	-
	4	33
	31/03/2011	31/03/2010
Demonstração dos resultados		
Receita líquida		
Incard	95	95
Interprint	62	820
Trust	10	3
	167	918
Custo das mercadorias e serviços		
Incard	95	95
Interprint	62	820
Trust	10	3
	167	918

As controladas Interprint e Incard passaram a comprar alguns insumos diretamente da Valid após a aquisição destas empresas pela Companhia. A produção é feita de acordo com as necessidades de cada uma das empresas, não existindo contrato firmado de produção mínima.

As transações com partes relacionadas são somente de natureza comercial e foram efetuadas em condições consideradas pela Administração da Companhia como compatíveis com as condições de mercado. Com exceção da Incard, a Companhia possui direta ou indiretamente 100% de suas controladas. As operações realizadas com a Incard possuem características similares àquelas praticadas pelo mercado.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 260.000, dividido em 51.500.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Notas Explicativas

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 100.000.000 de ações ordinárias, incluídas as ações ordinárias já emitidas.

b) Reserva de capital

Opções de outorgas reconhecidas

Em função do programa de opção de compra de ações, conforme descrito na Nota 22, a Companhia possui constituída reserva de capital para as opções de ações outorgadas no montante de R\$ 6.111. Conforme diretrizes do CPC 10, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e foi totalmente reconhecido pelo período de aquisição do direito (*vesting period*) até a data das informações trimestrais.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva para investimentos

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da reserva para investimento passou a ser R\$ 166.956, já considerando a destinação do saldo remanescente dos lucros acumulados no montante de R\$ 57.401.

d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Por deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em 28 de janeiro de 2011, foram pagos os dividendos propostos no exercício de 2010, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia no montante de R\$ 6.969.

Adicionalmente, a Administração da Companhia propôs como parte do encerramento das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a destinação adicional de R\$ 8.471 como dividendos do exercício de 2010, através de juros sobre o capital próprio, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia, ainda a ser deliberado pelo Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio são calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (“TJLP”) nos termos da Lei nº 9.249/95, sendo contabilizados em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito de apresentação das informações trimestrais, os juros sobre capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados como redução de lucros acumulados no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Os juros sobre capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95.

e) Ações em tesouraria

Em 30 de dezembro de 2008, a Companhia encerrou o primeiro programa de recompra de ações, passando a possuir um total de 462.100 ações em tesouraria, que foram adquiridas com recursos do caixa da Companhia.

Naquela data, foi aprovado pelo Conselho de Administração um novo programa de recompra de ações ordinárias da própria Companhia para permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou para fazer frente às obrigações da Companhia decorrentes dos Programas de Opção de Compra de Ações, respeitadas as disposições da Instrução CVM nº 10 e suas posteriores alterações.

A quantidade de ações máxima autorizada é de 1.537.900 correspondendo a 4,50% das ações em circulação na data da aprovação. Considerando que tal quantidade está abaixo do limite máximo, o Conselho de Administração poderá rever a qualquer tempo a quantidade ora autorizada, complementando o limite legal permitido de 10% do total de ações em circulação (3.415.085 ações). O prazo máximo para a realização das operações é de 365 dias.

Ao longo do mês de fevereiro de 2010, a Administração da Companhia optou pela alienação de um total de 251.800 ações mantidas em tesouraria para fazer frente às suas obrigações decorrentes do Programa de Opção de Compra de Ações, tendo em vista o exercício por parte de alguns beneficiados.

Em 19 de maio de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração a aquisição de ações de emissão da própria Companhia para permanência em tesouraria, posterior alienação e/ou para fazer frente às obrigações da Companhia decorrentes dos Programas de Opção de Compra de Ações, respeitadas as disposições da Instrução CVM nº 10 e suas posteriores alterações.

A quantidade de ações máxima autorizada é de 1.000.000 correspondendo a 1,94% das ações em circulação na data da aprovação. Haja vista que tal quantidade está abaixo do limite máximo, o Conselho de Administração poderá rever a qualquer tempo a quantidade ora autorizada, complementando o limite legal permitido. O prazo máximo para a realização das operações é de 365 dias.

Em 31 de março de 2010, a Companhia mantém 234.000 ações ordinárias em tesouraria, cujo custo médio ponderado de aquisição, assim como custo mínimo e custo máximo, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Tipo	Quantidade			Preço		
	31/12/2010	Aquisições / baixas	31/03/2011	Mínimo	Máximo	Médio ponderado
Ação ordinária	70.000	164.000	234.000	18,90	20,70	19,74

Baseado na última cotação de mercado disponível em 31 de março de 2011, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 4.668, cujo custo médio ponderado, assim como custo mínimo e custo máximo do exercício, estão demonstrados a seguir:

Tipo	Preço			Última cotação
	Mínimo	Máximo	Médio ponderado	
Ação ordinária	18,90	21,24	19,97	19,95

f) Ajuste acumulado de conversão

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 534, de 29 de janeiro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Informações trimestrais (“CPC 02”), que determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidos no patrimônio líquido da Controladora, a Companhia constituiu a rubrica de ajuste acumulado de conversão, decorrente da conversão das informações trimestrais de suas controladas no exterior, Valid Argentina, Transtex Chile e MEE. Em 31 de março de 2011, o saldo constituído pela Companhia nesta rubrica era devedor de R\$ 2.713 (devedor de R\$ 3.279 em 31 de dezembro de 2010).

17. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócios, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações:

a) Meios de pagamento

O segmento de meios de pagamento é composto principalmente por cartões que são usados diariamente em uma ampla gama de aplicações, como pagamentos, identificação, personalização e armazenamento, recuperação e transmissão segura de dados. Eles estão presentes em setores que vão de planos de saúde a serviços públicos online, sendo utilizados com maior frequência no setor de serviços financeiros. Adicionalmente, este segmento também possui em sua composição documentos de segurança, cujos principais produtos são talões de cheque, vouchers, tickets e ingressos.

b) Sistema de identificação

O segmento de identificação oferece soluções físicas e eletrônicas, como: captação, armazenamento e administração de dados, impressos de segurança, reconhecimento e impressão digital que atendem a essa demanda. Todas essas tecnologias realizam uma referência cruzada entre um banco de dados e os

Notas Explicativas

dados contidos no documento ou mídia portátil, como papel, plástico ou até mesmo meio de comunicação eletrônico para verificar sua autenticidade ou status. Os principais sistemas de identificação são carteiras de identidade, carteiras de habilitação e selos para documentos notariais.

c) Telecomunicações

O segmento de telecomunicações oferece desde soluções simples como as “raspadinhas”, muito utilizadas em celulares pré-pago até cartões inteligentes com tecnologia de ponta. É composto, principalmente, por cartões inteligentes GSM utilizados em telefonia móvel, cartões indutivos utilizados em telefones públicos e soluções de pagamentos móveis tais como bilhetes de transporte público e micro pagamentos.

As práticas contábeis dos segmentos da Companhia são as mesmas que aquelas descritas no resumo das principais práticas contábeis.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado principalmente com base no EBTIDA e lucro líquido.

Os preços de transferência entre segmentos operacionais são determinados com isenção de interesses, de forma semelhante às transações realizadas com terceiros.

As principais informações sobre lucro, ativos e passivos por segmento de negócio podem ser resumidas a seguir:

	Meios de pagamento	Identificação	Telecom	Ajustes e eliminações	Consolidado
31/03/2011					
Receitas					
Clientes	100.699	57.986	47.314	-	205.999
Intersegmento	-	30	169	(199)	-
Total das receitas	100.699	58.016	47.483	(199)	205.999
Depreciação e amortização	2.622	2.160	1.826	-	6.608
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	12.041	16.588	6.715	-	35.344
31/03/2011					
Ativos operacionais	224.200	104.364	139.239	(167)	467.636
Clientes	51.808	43.804	50.444	(167)	145.889
Estoques	61.484	7.341	21.526	-	90.351
Imobilizado	110.908	53.219	67.269	-	231.396
Passivos operacionais	14.983	7.923	20.666	(167)	43.405
Fornecedores	14.983	7.923	20.666	(167)	43.405

Notas Explicativas

<u>31/03/2010</u>	<u>Meios de pagamento</u>	<u>Identificação</u>	<u>Telecom</u>	<u>Ajustes e eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Receitas					
Clientes	76.542	53.370	40.223	-	170.135
Intersegmento	6	8	917	(931)	-
Total das receitas	76.548	53.378	41.140	(931)	170.135
Depreciação e amortização	3.525	1.925	2.274	-	7.724
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	1.158	18.387	9.272	-	28.817
31/12/2010					
Ativos operacionais	217.642	112.851	113.219	(2.240)	441.472
Clientes	43.265	37.452	45.997	(2.240)	124.474
Estoques	61.671	7.115	16.183	-	84.969
Imobilizado	112.706	68.284	51.039	-	232.029
Passivos operacionais	12.386	9.102	20.048	(2.240)	39.296
Fornecedores	12.386	9.102	20.048	(2.240)	39.296

Informações sobre os principais clientes

Em consonância com o CPC 22 a Companhia informa que não existe nenhuma transação com um único cliente externo que represente 10% ou mais da receita total da entidade.

18. Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	25.475	18.294	31.716	25.889
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	8.661	6.220	10.783	8.802
Adições				
Opções de outorgas reconhecidas	-	24	-	24
Exclusões				
Equivalência patrimonial	(4.466)	(4.966)	(244)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	45
Incentivos fiscais	(94)	(19)	(119)	(76)
Parcela isenta do adicional	(6)	(6)	(21)	(15)
Outras adições / exclusões	137	(1)	74	67
Imposto de renda e contribuição social debitados ao resultado do exercício	4.232	1.252	10.473	8.847
Alíquota efetiva	16,6%	6,9%	33,0%	34,2%
Imposto de renda e contribuição social corrente	5.205	1.058	8.554	6.411
Imposto de renda e contribuição social diferido	(973)	194	1.919	2.436
	4.232	1.252	10.473	8.847

19. Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores, registrada nas rubricas de despesas gerais e administrativas e custo de bens e/ou serviços vendidos durante o trimestre findo em 31 de março de 2011 foi de R\$ 2.794 (R\$ 952 em 2010), a qual é considerada como benefício de curto prazo. Com relação às opções de ações, detalhes adicionais estão descritos na Nota 22. Em 31 de março de 2011, a Companhia não possui outros planos de benefícios para seus funcionários.

Notas Explicativas

20. Instrumentos financeiros

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação (“CPC 14”) (revogado em 2009 e substituído pelo OCPC 3, que foi aprovado pela CVM através do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP Nº 03/2009, de 19 de novembro de 2009), a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado, conforme demonstrado no quadro mais abaixo.

Em 31 de março de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.
- Aplicações financeiras - são classificadas como destinadas à negociação, sendo o valor de mercado refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Empréstimos e financiamentos - são classificados como passivos financeiros mantidos até o vencimento e não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas oriundas de fontes de financiamento para equipamentos.
- Debêntures - são classificadas como passivos financeiros mantidos até o vencimento e não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de março de 2011, bem como os créditos para sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- Risco de crédito

O risco de crédito é o principal fator de risco de mercado que afeta o negócio da Companhia e de suas controladas. As contas a receber são concentradas substancialmente em grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações e com o governo, que por se tratar da reputação e solidez de tais clientes, a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização

Notas Explicativas

dos créditos a receber.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se a disponibilidades. Todas as operações da Companhia e de suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

- Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras e debêntures, na qual estão atreladas ao CDI.

A Companhia estima que o incremento de 25% e 50% nas taxas de juros, respectivamente poderiam produzir um impacto nos montantes de R\$ 1.390 e R\$ 2.779 nas despesas financeiras, com base nos saldos de 31 de março de 2010.

- Taxa de câmbio

A Companhia possui controladas no exterior, onde as moedas funcionais são o Peso Argentino e o Peso Chileno. A Administração da Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Peso Argentino e ao Peso Chileno, resultaria respectivamente, em 31 de março de 2011 uma redução no montante total de R\$ 1.720 e R\$ 3.439 no patrimônio líquido da Companhia, considerando a variação de ambas as moedas.

A Companhia possui controlada no exterior, onde a moeda funcional é o Euro. A Administração da Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Euro, resultaria respectivamente, em 31 de março de 2011 uma redução no montante de R\$ 6.245 e R\$ 12.491 no patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia possui contas a pagar com fornecedores de equipamentos e matéria-prima em moeda estrangeira, de forma que seus resultados são suscetíveis a variações em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio, principalmente, do dólar norte americano e o Euro. A Companhia estima que uma possível desvalorização do real frente ao dólar e ao Euro de 25% e 50%, resultaria respectivamente, em 31 de março de 2011 em um impacto nas despesas financeiras no valor de R\$ 2.352 e R\$ 4.704.

De acordo com a deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, que dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros derivativos em nota explicativa, a Companhia informa que não possui política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, desta forma não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2011 são como segue:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e bancos	8.322	8.322	18.467	18.467
Aplicações financeiras	90.839	90.839	106.299	106.299
Contas a receber	84.244	84.244	145.889	145.889
Empréstimos e financiamentos	-	-	512	512
Debêntures	180.000	189.669	180.000	189.669

21. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais sinistros em suas plantas industriais, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

Em 31 de março de 2011, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Responsabilidade civil	R\$ 18.900
Riscos operacionais	R\$ 251.570
Riscos diversos	R\$ 55.000
Veículos	R\$ 15.250
D&O executivos	R\$ 25.000
Transporte de mercadorias-importação/exportação	US\$ 4.000

22. Programa de opção de compra de ações

Em assembléia geral de acionistas, realizada em 30 de março de 2006, a Companhia aprovou a inclusão no estatuto social de um programa de opção de compra de ações, denominado Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações Ordinárias, nos termos do artigo 168, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ação.

As opções de compra ou subscrição de nossas ações ordinárias são pessoais e intransferíveis e somente poderão ser outorgadas aos conselheiros, diretores, gerentes e empregados eleitos como participantes do programa.

O programa de opção de compra de ações é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, a quem cabe eleger os participantes do programa e o número de ações que cada participante terá o direito de adquirir. O limite máximo de ações disponíveis para o programa é de 2% do total de ações emitidas pela Companhia, sendo que tais ações terão os mesmos direitos conferidos às demais ações de igual espécie emitidas pela Companhia.

Foram feitas duas distribuições de opções, a primeira em abril de 2006 no montante de 825 mil ações e a segunda em abril de 2007 no montante de 175 mil ações que atingiram o limite máximo de 2% (1.000.000 ações) do total de ações na data da

Notas Explicativas

última outorga, conforme previsto no programa.

As opções poderão ser exercidas em 3 anos, a partir do ano seguinte da distribuição, na base de 1/3 a cada ano conforme quadro demonstrativo abaixo.

O prazo de exercício das opções expirará em 5 anos a partir de cada distribuição, sendo que a partir desta data, as opções eventualmente não exercidas serão consideradas extintas, sem direito a indenização por parte da Companhia.

O preço de subscrição ou de compra de cada ação ordinária da Companhia foi estabelecido em 90% do preço de lançamento das ações da Companhia quando da realização da oferta pública inicial de ações da Companhia, que corresponde a R\$ 15,30 (quinze Reais e trinta centavos) por cada ação ordinária, para a primeira distribuição e R\$ 18,15 (dezoito Reais e quinze centavos) para a segunda distribuição, que corresponde a média dos 90 pregões anteriores à data da distribuição.

As outorgas das opções estão assim demonstradas:

Programa 1

<u>Carência</u>	<u>%</u>	<u>Preço de exercício</u>	<u>Preço de opção</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>
04/2006 – 04/2007	34	15,30	6,37	280.500	1.787
05/2007 – 04/2008	33	15,30	6,37	272.250	1.734
05/2008 – 04/2009	33	15,30	6,37	272.250	1.734
				825.000	5.255

<u>Quantidade de ações outorgadas</u>	<u>Quantidade de ações exercidas</u>	<u>Quantidade de ações perdidas</u>	<u>Quantidade de ações em aberto</u>	<u>Preço médio de recompra</u>
825.000	(805.200)	(19.800)	-	15,17

Programa 2

<u>Carência</u>	<u>%</u>	<u>Preço de exercício</u>	<u>Preço de opção</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>
04/2007 – 04/2008	34	18,15	4,89	59.500	292
05/2008 – 04/2009	33	18,15	4,89	57.750	282
05/2009 – 04/2010	33	18,15	4,89	57.750	282
				175.000	856

<u>Quantidade de ações outorgadas</u>	<u>Quantidade de ações exercidas</u>	<u>Quantidade de ações perdidas</u>	<u>Quantidade de ações em aberto</u>	<u>Preço médio de recompra</u>
175.000	(11.000)	(8.350)	155.650	19,74

Reconhecimento no resultado do exercício:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2006	767
2007	2.352
2008	2.037
2009	862
2010	93
Total	6.111

Notas Explicativas

Os valores justos das opções outorgadas foram calculados com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação *Black-Scholes* nas datas das outorgas.

A Companhia reconheceu mensalmente o montante de forma “pro rata”, em reserva de capital, na rubrica opções de ações outorgadas, tendo como contra partida o resultado do exercício.

23. Despesas com vendas

No período findo em 31 de março de 2011 as despesas de vendas consolidadas foram de R\$ 10.048 (R\$ 6.461 em 2010). Este saldo deve-se principalmente às despesas com manutenção do sistema operacional e com pesquisas, incorridas pela controlada MEE.

24. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Receitas financeiras				
Aplicação financeira	2.375	542	2.929	2.007
Rendimentos contas a receber	3	43	51	79
Variação monetária	-	-	-	-
Outros	17	46	290	317
	2.395	631	3.270	2.403
Despesas financeiras				
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(71)
Juros sobre debêntures e empréstimos	(5.559)	(4.455)	(5.562)	(4.455)
Juros variação cambial	-	(71)	(1.001)	-
Despesas bancárias	(169)	(359)	(182)	(379)
Outros	(15)	(22)	(153)	(426)
	(5.743)	(4.907)	(6.898)	(5.331)

25. Eventos subsequentes

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2011, foi aprovado aumento do capital social em R\$ 100.000.000,00, mediante capitalização de parte da reserva de investimentos, com bonificação, emissão e distribuição aos acionistas, proporcionalmente a suas participações, de 5.150.000 ações ordinárias, sem valor nominal, o que corresponde a 1 (uma) ação para cada lote de 10 ações detidas pelos acionistas, de acordo com o disposto no artigo 169 da Lei nº 6.404/76. As ações que não puderem ser atribuídas por inteiro terão suas frações agrupadas e vendidas na BM&FBOVESPA, dividindo-se o produto da venda, proporcionalmente, pelos titulares das frações. O valor da reserva capitalizado corresponde a R\$ 19,42 por ação.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais
Aos Administradores e Acionistas da
Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.
(Anteriormente denominada American Banknote S.A.)
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2001, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Márcio F. Ostwald
Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4